



XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3488 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)

GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

O LUGAR DA LITERATURA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Simone Aparecida de Jesus - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

O presente artigo, escrito para fins de avaliação da disciplina Literatura e Formação Humana, do PPGE/FE/UFG, versará sobre o lugar que a Literatura vem ocupando nas turmas de alfabetização. Para tanto será feita uma retomada aos estudos sobre Literatura, para que se compreenda melhor o conceito de Literatura, sua relação com a Educação e suas contribuições para a formação humana. Nesse sentido, o artigo provoca uma reflexão a partir do uso da Literatura, como mera ferramenta para a aquisição de leitura ou portadora de textos. Faz uma crítica a como se tem feito a “*escolarização da leitura literária*” nas escolas, considerando os textos literários, bem como os textos transferidos para os livros didáticos de alfabetização e “*pseudotextos*” para os treinos de leitura, nesta etapa escolar, e o tipo de atividade proposta a partir desses textos. As reflexões elaboradas levam ao entendimento de que a maneira como a leitura literária vem sendo apropriada nas escolas tem afastado os alunos da literatura. Ainda que a sua escolarização seja inevitável, a maneira como a escola vai lidar com esta escolarização pode o aluno da literatura ou afastá-lo de vez desse universo.

Palavras-chave: Literatura. Escola. Leitura

[...] a literatura, como a vida, ensina na medida em que atua com toda sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta. (CANDIDO, 2002).

Para que se entenda o uso que se faz da literatura em sala de aula há que se refletir a respeito do que se entende por literatura. É nesse limiar que se configuram diferentes leituras a respeito do que seria um texto literário e de como se poderia trabalha-lo em sala de aula, sem deixar que se torne apenas um amontoado de palavras com as quais o aluno vai aprender o código linguístico.

Quando se trata de literatura há ainda uma questão anterior a essa discussão que seria referente à distinção entre ciência e arte, posto que a literatura transita entre esses dois campos, haja vista contar fatos de forma estética, podendo ou não ter verossimilhança, de forma intencional ou não. Segundo Ianni (1999, p.10):

[...] cabe reconhecer que a ciência e a arte podem ser tomadas como duas linguagens distintas, ambas compreendendo formas de conhecimento e imaginação. Ambas revelam algum compromisso com a ‘realidade’, taquigrafando-a ingênua ou criticamente, procurando representá-la, sublimá-la ou simplesmente inventá-la. Há produções científicas e artísticas que lidam com o que se pode denominar ‘realidade virtual’, fabulando sobre mundos imaginários, compreendendo utopias, nostalgias ou escatologias. Talvez se possa dizer que em toda criação intelectual, seja científica ou artística, há sempre um quê de exorcismo. O que poderia ser a realidade, em geral é delimitado, taquigrafado, compreendido, interpretado e exorcizado. A narração literária e científica sempre decanta ou desencanta. Sim as narrativas artísticas e científicas são criações intelectuais impregnadas de figuras de linguagem, imagens, metonímias, metáforas, alegorias, aforismos, parábolas. Simultaneamente, são duas linguagens radicalmente distintas, já que uma é literária e outra científica.

Assim, o que diferencia o texto literário do texto científico é o uso das palavras, a forma como o texto é construído, lido e interpretado por seus leitores. A linguagem empregada no texto literário o distingue de outros tipos de texto, mas não diminui sua importância ou poder de formação do sujeito, já que, de

acordo com o que afirma o autor, tanto o texto literário quanto o científico pode “encantar” ou “desencantar”.

Contudo, há certas particularidades no texto narrativo, que só a esse tipo de texto é permitido. A literatura atravessa fronteiras, épocas, culturas e civilizações, mistura tradições contrárias, de maneira que o referencial histórico de que trata uma narrativa pode e por muitas vezes se torna secundário mediante a criação de situações, incidentes, personagens, figuras e figurações imaginárias e até fantásticas. Existem coisas que só têm razão e poder de existir na literatura.

Já o leitor deve ser entendido como um indivíduo socializado e inserido em contextos históricos concretos, dotado de certo repertório de valores e ideias, haja vista ser a literatura um processo dialógico, que valoriza esse leitor historicamente situado no tempo e no espaço, com o qual irá dialogar.

Há que se considerar ainda, além do texto em si, também o próprio objeto livro literário, como este se apresenta ao leitor, em se tratando da alfabetização e dos leitores iniciantes, essa é uma questão que se torna ainda mais determinante, posto que o formato, as páginas, a disposição do texto, das ilustrações, etc., vão ser, de certa forma, um atrativo a mais para criar o interesse pela leitura. Há nessa direção diversas críticas voltadas à maneira como o texto literário chega ao aluno. Segundo Walty (2006, p. 51) “Não é a escola que mata a literatura, mas o excesso de didatismo, a burocracia do ensino acoplado a regras preestabelecidas, a normas rígidas e castradoras [...] o uso inadequado do texto literário, fragmentado, deslocado, manipulado [...]”.

Soares (2006, p.48) faz ainda uma crítica aos *‘pseudotextos’*, forjados especificamente para os treinos de leitura e que nada tem de literários, presentes em livros didáticos com o objetivo de ensinar gramática e ortografia, normalmente amontoados de palavras sem sentido e também aos textos literários que são transferidos para os livros escolares perdendo características que compõem o universo literário.

É necessário um esforço no sentido de se relacionar o literário e o social, quando se tenta explicar textos e práticas literárias a partir dos aspectos que envolvem a sua produção, bem como os efeitos sociais de sua circulação e recepção, pois a literatura e a sociedade estão mutuamente referidas em uma relação significativa, haja vista ser a literatura socialmente construída, mas também participar da construção social. Para Botelho e Hoelz (2016, p. 282), “textos não apenas ‘representam’ os processos sociais e identitários, como também os constituem, orientando de modo reflexivo a conduta dos atores sociais”.

Ao se tornarem palavras, ao serem escritos, em forma de texto literário, os fatos se modificam, seja pela escolha do que contar, pelos vocábulos usados, pela ordem dos fatos enunciados ou pela maneira de se contar, o que gera certa divergência entre a ficção e a realidade, ainda que crie significados contundentes a partir dos fatos narrados. Para Llosa (2004) “‘dizer a verdade’ para um romancista significa fazer o leitor viver uma ilusão”. Assim é possível compreender que ao ler um texto literário o leitor se torna um outro, se vê na história que lhe é contada, como uma forma de sair da realidade e permear um novo espaço propiciado pelo autor.

Também na escola a literatura elucida essa função importante de preencher espaços que a realidade não consegue e não poderia alcançar seja com as histórias lidas ou aquelas criadas pelos alunos, a literatura ocupa esse papel que não poderia ser ocupado de nenhuma outra forma e que não precisa ter qualquer requisito ou exigência previa.

Segundo Walty (2006, p. 54) “A literatura deve circular na escola, pois urge formar um leitor sensível e crítico, que perceba o sentido do ritual, faça parte dele sem se submeter cegamente”, de maneira que ainda que se reconheçam os limites sociais e as dificuldades tanto dos alunos quanto das escolas é imprescindível que a literatura permaneça na escola. O que se faz necessário portanto é repensar a forma como se tem trabalhado. A cobrança por uma leitura que responda a questionários que retratam a busca por informações no texto simplesmente acaba por afastar a leitura literária de fato.

De acordo com Gonçalves Filho (2000), “A literatura se insere, portanto, no campo daquelas preocupações humanas que é procurar ‘fabricar’ sentidos num mundo, *a priori*, sem nenhum sentido”, procura dar sentido ao mundo, compreendê-lo e fazer com que o compreendam por intermédio do que está registrado. Meio pelo qual a história de um povo se torna eternizada, pois é um registro descomprometido com as regras políticas ou formais desse povo. Para ele, a literatura é uma alternativa para a superação de conflitos, pois expressa o desejo humano de durar e de romper com a

rotina por meio das palavras.

Contudo, não existe um texto sem uma intencionalidade, por mais que possa parecer desprezioso por se tratar de literatura infantil, o livro literário, utilizado na escola como mero portador de texto tem um papel muito maior e mais fundamental como formador do sujeito. Nesse sentido, Gonçalves Filho (2000, p. 90-91) afirma que:

Não existe, portanto, até mesmo na literatura, e muito menos na literatura, um conteúdo descritivo neutro. Todo nosso discurso ou designação emerge sempre de esquemas argumentativos quer ocultos, quer explícitos. Nossa linguagem oral ou escrita não sonoriza e escreve por si mesma, mas se sustenta a partir dos sentidos por uma rede de mecanismos repletos de valores e de crenças. É por isso que a literatura sem ter a pretensão de nos ensinar alguma coisa, acaba por nos ensinar muito mais.

Esta afirmação chama atenção a dois importantes fatores. O primeiro é referente aos esquemas argumentativos ocultos e explícitos. Em se tratando de literatura usada na alfabetização, aquela que chega às escolas com o nome de literatura infantil ou ainda sob o nome de livros paradidáticos e, nesse caso, com argumentos bastante explícitos, por se tratar de temas indicados desde o título e normalmente temas transversais, são textos muito distantes do que se chamaria de literatura, mas usados nas escolas como se o fossem. Já os livros literários, com menos ênfase que os paradidáticos ainda podem ter os esquemas argumentativos explícitos e sempre terão os ocultos, pela maneira como os fatos se dão, os problemas vão aparecendo e sendo resolvidos, vão se desenvolvendo ações que criam uma rede de valores e crenças sem que se façam perceber. O segundo fator, que de certa maneira é consequência do primeiro, é que a literatura ensina, independentemente de ter a intenção de ensinar, por essa razão mesmo é que a literatura não deve ter esse compromisso acertado ou essa obrigação de ensinar a criança a ler, como se fosse função dela. A função da literatura não é ensinar a ler. A literatura não tem essa obrigação. Porém, a literatura ensina muito mais, ensina a criar, a imaginar, a viver outros tempos, vai além.

A função formativa da literatura é muito mais profunda do que simplesmente instrumentalizar o professor na tarefa de ensinar a ler e escrever. Se trata de algo muito além dessa ação limitada e dirigida, segundo as normas vigentes da pedagogia oficial, que vê na literatura apenas o veículo para outros conteúdos que devem ser ministrados aos alunos. “Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga), ela age como o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela – com altos e baixos, luzes e sombras” (CANDIDO, 2002, p.83). Dessa forma é possível perceber o espaço da literatura na alfabetização de crianças de forma muito mais ampliada, muito mais significativa e importante.

Segundo BURGARELLI (2011), a literatura não tem consigo um compromisso firmado com a verdade dos fatos, não tem portanto uma obrigação oficial de contar com o lado “politicamente correto” de dadas questões. Talvez seja esta uma das questões mais caras e emblemáticas à literatura.

O que se pretende com este artigo é questionar justamente o uso da literatura na escola como ferramenta para a aquisição da leitura e como nada mais, como se esta fosse apenas um portador de um texto qualquer e este apenas um amontoado de palavras que, ainda que faça sentido, só faça isso, de forma bastante grosseria, um sentido sem sentido, um sentido que não reverbera na própria formação do sujeito que a esse tempo é aluno, mas que em outro tempo, bem próximo, será sujeito adulto e partidário de todas as decisões coletivas de que será responsável, seja no trabalho ou em qualquer outro ambiente do qual faça parte. Nesse sentido, o que afirma BURGARELLI (2011), com relação a esse “descompromisso” da literatura com a verdade, ressoa com grande importância, pois ao entender a literatura como algo além da simples leitura do código linguístico de cada idioma, mas dotado de significados também de alcances mais profundos que o entendimento semântico compreendido na interpretação de dado texto, mas que pode ser incorporado e vivenciado pelo leitor, é possível perceber a literatura desse lugar mais amplo e profundo, não como ferramenta, mas como parte na constituição do sujeito aluno, ser.

Ainda de acordo com BURGARELLI (2011, p. 95) “[...] ler literatura é por em movimento a alteridade, haver-se com o constituído, no entanto não significa tomá-lo como verdade, e sim como linguagem”. E ainda mais,

[...] promover a leitura literária na escola implica tanto fundamentos quanto consequências bastante distintos dos que precisamos geralmente sob o rótulo de ‘a importância da literatura para’. Não se trata de pensar o que podemos fazer com a literatura para que ela nos auxilie em alguma outra atividade, mas sim, ao contrário, de nos inserirmos na literatura e de nos indagarmos, uma vez já inseridos, sobre o que ela nos faz (BURGARELLI, 2011,

Dessa maneira, o trabalho com a literatura na escola deve valorizar, segundo BURGARELLI (2016, p. 100), “o caráter simbólico-estético da literatura, que uma vez incluído numa formação, convoca, sucessivamente e retroativamente, novas implicações subjetivas”.

A partir do momento que a literatura ingressa na escola ela perde parte de seu caráter artístico, e vincular essas duas esferas nos coloca em uma situação paradoxal, pois torna-se inevitável que a escola não tenha um *para que*. Além disso, a escola também pode atuar como o lócus para disseminar obras da indústria literária, que simplesmente concebe os livros como objetos de consumo e geradores de lucro. Vemos, portanto, que aí a literatura se constitui mais como instrumento, uma utilidade, do que como uma linguagem artística capaz de marcar singularmente cada leitor (BURGARELLI, 2016, p. 118, grifo do autor).

Nesse sentido BURGARELLI (2016) corrobora as ideias de Soares (2006) no que diz respeito ao que a escola faz com a literatura, transformando-a em mero instrumento de interesses outros. De acordo com esse entendimento, a escola toma para si a “literatura infantil, escolariza-a, didatiza-a, pedagogiza-a, para atender a seus próprios fins, faz dela uma *literatura escolarizada*” (SOARES, 2006, p. 17, grifo da autora).

Soares (2006, p. 19) ao citar Nelly Novaes Coelho, corrobora as ideias defendidas por esta autora, no sentido de que a literatura muito mais que “um divertimento é um fecundo instrumento de formação humana, ética, estética, política, etc.”, capaz tanto de formar quanto de transformar mentes por ser, em suas palavras “um dos mais eficazes instrumentos de formação dos imaturos”. Nesse sentido, fica claro que há sim um elo entre a escola e a literatura, cuja autora chama de escolarização e que de fato se faz necessário, mas que não se deve fazer de forma a tornar a literatura uma mercadoria para este fim.

[...] não há como evitar que a literatura, qualquer literatura, não só a literatura infantil e juvenil, ao se tornar “saber”, se escolarize, e não se pode atribuir, *em tese*, como dito anteriormente, conotação pejorativa a essa escolarização, inevitável e necessária; não se pode criticá-la, ou negá-la, porque isso significaria negar a própria escola. [...] o que se pode criticar, o que se pode negar *não é* a escolarização da literatura, mas a inadequada, a errônea, a inapropriada escolarização da literatura, que se traduz em deturpação, falsificação, distorção, como resultado de uma pedagogização ou uma didatização mal compreendidas que, ao transformar o literário em escolar, desfigura-o, desvirtua-o, falseia-o (SOARES, 2006, p. 22, grifos da autora).

Segundo essa autora, uma escolarização adequada da literatura deveria desenvolver no aluno leitor o conceito de autoria e não a mera repetição de palavras decodificadas na sequência em que aparecem nesta ou naquela história. Já que estando na escola a literatura não escapa à escolarização e não há como ser diferente disso, visto que esta é a oportunidade e muitas vezes a única oportunidade que as crianças têm de acesso à literatura, é preciso fazer com que esse acesso seja da melhor maneira possível, que não crie bloqueios e aversões a esse mundo capaz de possibilitar uma infinidade de possibilidades criativas, de perspectivas discursivas e imaginativas aos alunos. É preciso dar à literatura um espaço muito mais amplo e tirar dela a responsabilidade formal que não lhe cabe tão somente.

Enfim, o que afasta a criança da literatura não é a própria literatura, mas o que se faz dela, a maneira como se apresenta o texto literário a ela e as cobranças que são feitas a partir das leituras. A leitura literária não tem compromisso, logo não deve atender a cobranças, está muito mais voltada à liberdade, à criação e à imaginação. De acordo com Walty (2006, p.51):

[...] o discurso didático esvazia o texto literário de seu potencial, congelando-o em definições e classificações, ou usando-o com outros objetivos tais como transmitir conhecimentos, ensinar regras morais, refletir sobre drogas ou aborto na adolescência e, principalmente, ensinar regras gramaticais. Em nome da literatura, tais procedimentos, muito usados nos livros didáticos [...] acabam por deformar o leitor ou afastá-lo do texto definitivamente.

De volta ao começo, qual seria o lugar da literatura na alfabetização de crianças? Não seria o mesmo lugar que a literatura ocupa ou deveria ocupar em qualquer outro ciclo de idade? Sem limites, sem cobranças, sem pretensões formais, porém, com uma grande responsabilidade na formação humana de um sujeito participativo e ativo socialmente, capaz de criar, interagir, socializar, criticar, dialogar e ler (também), não apenas decodificar palavras escritas num texto em forma de história literária em um livro.

Considerações Finais

A literatura não tem, portanto, compromisso com a aquisição da leitura e também não deve ser um mero suporte para as outras disciplinas. Ela irá sim contribuir e, de forma muito mais profunda, muito mais ativa com a formação do sujeito, não como objeto ou ferramenta para treino de leitura, mas como parte integrante do próprio sujeito, propiciando a ele desvendar espaços só existentes na própria

literatura e por meio dela, também, despertar a criatividade.

O que se conclui a partir de tudo que se pesquisou e refletiu neste artigo é que a maneira como os textos literários vêm sendo trabalhados nas escolas ou a “*escolarização da leitura literária*”, bem como os textos transferidos para os livros didáticos de alfabetização e os “*pseudotextos*”, tem feito com que as crianças se tornem cada vez mais distantes da literatura. As cobranças pela leitura desses textos, muitas vezes desprovidos de sentidos, tem provocado aversões à literatura. Os alunos acabam por não sentirem interesse pela verdadeira literatura, desconhecida para eles, aquela literatura desobrigada, descomprometida, sem limites, de que fala o artigo, o que provoca danos irreparáveis em sua formação, muito mais grave do que o fato de não estarem conseguindo juntar as letras em sílabas para decodificar o código linguístico, pois tem a ver com a formação do sujeito, este que participa, ainda que não esteja habilitado a participar.

Referências

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade. In: *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, volume 28, nº 3, de dezembro de 2016.

BURGARELLI, Cristovão G.; TEÓFILO, Flávia P. A leitura literária na escola: experiência, linguagem e formação. In: PESSOA, Jadir de M. (Org.). *Literatura e formação humana*. Campinas: Mercado das Letras, 2016.

BURGARELLI, Cristovão G. Implicação da escola com a literatura. In: PESSOA, Jadir de M. (Org.). *Literatura e educação no conto de Barianti Ortencia*. Goiânia: PUC Goiás/Kelps, 2011.

CANDIDO, Antônio. Direções. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2002.

GONÇALVES FILHO, Antenor A. *Educação e literatura*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IANNI, Octávio. Sociologia e literatura. In: SEGATTO, J. A.; BALDAN, U. (Org.). *Sociedade e Literatura no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

Llousa, Mário Vargas. A verdade das mentiras. In: *A verdade das mentiras*. São Paulo: Arx, 2004.

SOARES, Magda. *A escolarização da literatura infantil e juvenil*. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (organizadoras). *A escolarização da leitura literária: O jogo do livro infantil e juvenil*. 2ª ed., 2ª reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

WALTY, Ivete Lara Camargos. *Literatura e Escola: anti-lições*. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (organizadoras). *A escolarização da leitura literária: O jogo do livro infantil e juvenil*. 2ª ed., 2ª reimp. Belo Horizonte: Editora Atêntica, 2006.